

## O ETERNO FEMININO

“Medicina no Feminino” foi o título dado a um dos últimos números da Revista da Ordem dos Médicos<sup>1</sup>. Compreende-se a iniciativa tendo em vista o número de mulheres a praticar actualmente uma profissão que, fundada por Asclépio, parecia de início destinada aos homens. É também fácil de admitir que quem teve esta ideia se tenha confrontado com um dilema: incluir apenas artigos assinados por mulheres ou organizar uma monografia acerca da importância crescente das mulheres na profissão médica. O resultado acabou por ser um produto híbrido com um pouco de tudo: textos literários, artigos técnico-profissionais, e reflexões sobre os “géneros” e a medicina.

Entretanto ficámos a saber várias coisas. Que os “artigos escritos por senhoras” são raros porque a resposta ao pedido de colaboração é invariavelmente: “gostava muito mas não tenho tempo”. Que “as mulheres na medicina têm mostrado uma vantagem comparativa sobre os homens em vários domínios”. Que “se o país fosse governado por mulheres melhor iriam as coisas”. Que “o homem também tem (alguma) importância na sociedade” porque “serve para amar a mulher”. Nada de grave, portanto.

Sinceramente, aquilo que eu penso é que se perderam duas belas oportunidades: uma para reflectir sobre as causas e as consequências de um fenómeno que, sendo vasto porque se inscreve num movimento geral de emancipação da mulher, atingiu especialmente a profissão médica; outra para tentar compreender como é que uma sociedade considerada tão conservadora e tão machista como a nossa, nunca exibiu sinais de discriminação em relação às médicas no que diz respeito a salários, promoção nas carreiras ou escolha para funções de chefia. Que me lembre, os critérios usados entre nós, têm-se baseado nas capacidades, nos conhecimentos e na dedicação de cada um ou de cada uma, à mistura com pequenas doses de nepotismo: nada têm a ver com o sexo. Para explicar o número ainda muito baixo de mulheres a ocupar certos cargos para os quais mais do que obrigação terá que haver alguma devoção, há que procurar outras razões como por exemplo o peso excessivo das tarefas domésticas e familiares.

Vamos então às causas da influência crescente das mulheres na profissão médica. Quanto a este aspecto há que distinguir dois períodos. O primeiro decorreu a partir de 1961, prolongou-se até 1974, e atingiu em cheio a minha geração. Vejamos como tudo se passou.

Soltado o grito de guerra “Para Angola rapidamente e em força”, os Serviços de Saúde do Exército planearam, em grande, a cobertura médica dos primeiros contingentes militares: um médico no comando do batalhão e

---

<sup>1</sup> Ver “Revista Ordem dos Médicos” Março 2005

mais um por cada uma das quatro companhias. Em pouco tempo estava esgotado o contingente de médicos disponível pelo que foi decidido reinspeccionar todos os médicos até aos 35 anos. No mês de Janeiro de 1963, os primeiros 400 médicos foram incorporados como soldados rasos para uma rápida recruta em Mafra. Se exceptuarmos alguns que, recorrendo a processos pouco transparentes conseguiram passar à disponibilidade, todos os outros foram incorporados em unidades militares e cumpriram uma comissão de serviço no Ultramar que no mínimo durou dois anos. Foi assim que durante cerca de 15 anos as colegas médicas, dispensadas por questões de “género” de participarem na defesa da Pátria, foram subindo na carreira hospitalar, ocuparam vagas e ganharam terreno em relação aos colegas que, no Ultramar, aguardavam com impaciência a passagem à disponibilidade. Eu sei que tudo isto pertence a um passado remoto e que teve efeitos moderados porque o número de médicas era na altura bastante reduzido. Mesmo assim merece ficar registado na história da nossa profissão.

O segundo período começou em 1977 com a instituição do *numerus clausus*. A partir dessa altura o ingresso nas Faculdades de Medicina ficou condicionado pela classificação final no curso liceal, e o nível de exigência para ingresso na Faculdade passou a ser altíssimo. Não sou especialista destes assuntos em que outros – psiquiatras, psicólogos, sociólogos – terão uma palavra mais autorizada a dizer. Mas é opinião corrente que o critério da nota mais alta favoreceu o “género” feminino por mais do que uma razão. Sabe-se que a adolescência nos rapazes é um processo agitado e marcado por uma certa imaturidade, durante a qual a procura de novas experiências, o exibicionismo e a atracção pelo risco favorecem a dispersão e não convidam ao estudo. Por outro lado, apesar de todas as “revoluções sexuais” e de todos os “movimentos de libertação da mulher”, existem indícios de que, nas últimas décadas, persistiu ainda nas famílias portuguesas uma maior tendência proteccionista em relação às raparigas a qual favorece a aplicação escolar. Poderá haver quem não concorde com estas explicações. Mas então é necessário encontrar outras, eventualmente menos lisonjeiras para o sexo masculino, que justifiquem este facto incontornável: a partir da instituição do *numerus clausus* a relação dos ingressos nas Faculdades de Medicina inverteu-se a favor do “género” feminino.

Posto isto, a questão que pretendo colocar é outra: existem ou não diferenças essenciais entre os dois “géneros” na forma de exercer a medicina?

Em 1993, durante o Congresso da ICAAC em Nova Orleães (cito a data e o local para deixar bem claro que não se trata de um episódio inventado), um grupo de congressistas portugueses preparava-se para dar início a um daqueles longos e cansativos jantares oferecidos pela indústria

farmacêutica. Já se servia o peixe, quando o assunto dos “géneros” foi subitamente introduzido como tema de conversa. Um dos médicos presentes fez então uma declaração explosiva que vou citar de memória: “A invasão da profissão pelas mulheres, transformou profundamente o exercício da medicina em Portugal e nem sempre para melhor”.

Foi como quem pega o fogo a um rastilho: as médicas presentes exigiram que, ali mesmo e rapidamente, lhes fosse dada uma explicação. Que queria ele dizer com isso? Apanhado de surpresa e já sem poder voltar atrás, o visado disse que “se lhe dessem uns minutos ele explicaria tudo”. E explicou: “Entre homens e mulheres existem diferenças biológicas que todos reconhecem e aceitam facilmente (massa muscular, estrutura óssea, atmosfera hormonal, papel na reprodução), nada disso levanta problemas, mas quando se fala de comportamentos emocionais e de inteligência as coisas complicam-se”. Ora achava ele que, em termos médios e não exclusivos, existem variantes nada desprezíveis entre a inteligência nos dois “géneros”: mais intuitivas e pragmáticas as mulheres, mais especulativos e irrealistas os homens. Não espanta, por isso, que quando se observam grandes grupos em acção, estas diferenças venham ao de cima e se tornem evidentes. É possível que em certas tarefas que exigem persistência, bom senso e objectividade as médicas tenham trazido um contributo positivo; mas isso já não é tão claro em áreas nas quais a dúvida sistemática, o espírito crítico e a insatisfação são determinantes. Exemplos? “Veja-se a importância exagerada que, no exercício da medicina clínica, tem vindo a ser dada aos *fluxogramas*, aos protocolos e às *guidelines*. Será que o pragmatismo feminino não terá nisso uma parte de responsabilidade?”

As médicas presentes, nada convencidas mas mais calmas, entenderam que se tratava de uma opinião demasiado genérica, não fundamentada e sem credibilidade. E o visado, depois de ganhar embalagem com este recuo, decidiu que era altura de se mostrar mais afoito. Acrescentou então que a tendência especulativa do homem e a sua maior atracção pelo pensamento abstracto fazem com que, de minorias restritas, brotem génios em três áreas: filosofia, música e ciência teórica. Se em zonas intermédias as diferenças entre os “géneros” não são perceptíveis, nas “pontas” há evidências que saltam à vista. E concluiu: “As mulheres têm-se destacado em múltiplas actividades no campo das artes e das ciências. Mas são homens e não mulheres os criadores de sistema filosóficos, os compositores sinfónicos e os autores das grandes teorias científicas que revolucionaram o mundo”. E para demonstrar isso mesmo, recordou a célebre fotografia tirada na Solvay em 1927: “Ali estavam juntos 28 dos grandes nomes que criaram a física teórica do século XX, entre os quais Planck, Einstein, De Broglie, Niels Bohr, Schrodinger e Dirac. No meio deles, apenas uma mulher, aliás com honras de primeira fila e sentada à direita do anfitrião: Mme Curie”!

Os criados tinham acabado de servir um torredó e tudo levava a crer que a conversa, a partir daí, se iria azedar. Será que ele ignorava que a mulher foi discriminada ao longo de séculos? Desconhecia que o poder masculino tem empurrado as mulheres para tarefas menores, lhes barrou a entrada nas universidades e criou uma cultura de desvalorização das suas capacidades intelectuais? Esquece-se de que os afazeres domésticos e a maternidade exigem das mulheres um enorme e permanente esforço suplementar? Todos sem excepção concordaram que sim senhor, que tinha havido e havia discriminação. E que, mesmo admitindo que este assunto nunca tenha sido objecto de uma investigação sistemática, existiam na história exemplos bem documentados que falavam por si. Foi então recordada Alma Mahler, a quem o noivo, Gustav Mahler, exigiu o abandono de uma carreira musical promissora (“*A partir de agora a tua profissão será tornar-me feliz*”); Camille Claudel escultora genial, aluna de Rodin, contrariada por tudo e por todos, que acabaria internada num manicómio; Rosalind Franklin que no King’s College e já no início dos anos 50 do século XX, teve que fazer frente ao machismo da comunidade científica britânica e só depois da sua morte foi reconhecida como a maior perita do seu tempo em cristalografia.

Foi então que resolvi meter-me na discussão. Dois dias antes tinha encontrado no French Quarter uma publicação de 1986, da Livraria do Congresso dos E.U.A., com o título: “*Women Scientists from Antiquity to the Present: an Index*”. O livro começava com uma introdução sobre a participação da mulher na ciência a qual tem variado muito ao longo dos séculos. Inicialmente encorajada pelos pitagóricos e pelos platónicos iria diminuir com o declínio do helenismo e a ascensão do Império Romano a partir do ano 200 A.C. Depois da Idade das Trevas, o número das cientistas voltaria a crescer no século XI, primeiro em Salerno -- onde uma médica, Tortula Platearius compilou com o seu marido uma enciclopédia de medicina – e depois na Alemanha onde, já no século XII, se distinguiu uma abadessa médica, Hildegard de Bingen. A peste negra, a Guerra dos 100 anos e o encerramento de conventos que se seguiu, provocou uma redução global de toda a actividade científica, mas um outro acontecimento teve um efeito devastador: a caça às bruxas que teve início em 1300 e que se prolongou por três séculos. As mulheres que praticavam medicina ou alquimia eram torturadas ou acabavam na fogueira: só em 1600 foram executadas por suposta prática de bruxaria cerca de 40.000.

Mas o essencial do livro era o índice com os nomes de 2500 mulheres. Excluídas as da Antiguidade Clássica e da Idade Média, entre as quais Merit Ptah do Egipto, Apasia de Mileto e até a nossa Isabel de Aragão, o que para nós tinha interesse eram as cientistas dos últimos três séculos. Aí surgiam dois nomes de projecção mundial: Mme Curie e Florence Nightingale. Para além destas e no campo da medicina, Gerti Cori e

Rosalind Yalow – ambas Prémio Nobel --, a já citada Rosalind Franklin cujos estudos cristalográficos foram decisivos para a descoberta do ADN e Helen Taussig que lançou a ideia do tratamento cirúrgico das cardiopatias congénitas. Os apelidos de mais duas mulheres incluídos nesta listagem, soam-nos familiares apenas pela sua ligação matrimonial a cientistas de renome: Amália Fleming, bacteriologista, segunda mulher de Alexander Fleming, e Ethel Florey que com seu marido, Howard Florey, realizou o primeiro ensaio clínico da penicilina em 187 doentes com sepsis.

Mas a curiosidade de todos centrava-se agora noutra questão: “Então e portuguesas? Quantas estavam incluídas nessa listagem?” -- “Além de Isabel de Aragão, apenas duas médicas -- Elisa Correia e Domitília de Carvalho -- e (imaginem!) uma engenheira química: Maria de Lourdes Pintassilgo”. Esta revelação provocou exclamações de espanto, protestos e algumas graçolas inocentes. E com tudo isto o ambiente começava a distender-se e permitia criar um acordo tácito à volta de duas ideias: “as mulheres têm sido vítimas de discriminação e existem diferenças claras entre a inteligência do homem e da mulher”.

Foi nessa altura que me lembrei de citar o livro de Gordon Childe “*O homem faz-se a si próprio*” que fizera os encantos da minha juventude. O autor, depois de descrever as transformações da revolução neolítica durante a qual a Humanidade abandonou a economia de recollecção para começar a semear, a plantar e a domesticar animais, rematava desta forma: “*Todas as descobertas e invenções de que falámos são, a julgar pelos dados da etnografia, devidas ao sexo feminino*”. Quer isto dizer que, enquanto os homens caçavam e recolhiam alimentos, as mulheres pacientemente observavam a natureza, procuravam copiá-la e pô-la ao seu serviço. Foi assim que a pouco e pouco iriam “inventar” a agricultura.

Tínhamos chegado à sobremesa e os criados já serviam uma segunda rodada de “Moët Chandon”. Foi então que ao meu lado alguém exclamou: “Que se lixem as teorias filosóficas e a 5ª sinfonia! Viva a agricultura!” E todos brindámos ao “Eterno Feminino”.

O que este grupo de congressistas portugueses não podia imaginar é que passados alguns anos o problema dos “géneros” -- que sem ter ficado resolvido tinha sido ultrapassado por eles com alguma elegância --, iria rebentar com enorme estrondo nos E.U.A. Tudo aconteceu em Janeiro deste ano. Larry Summers, presidente da Universidade de Harvard ao tentar justificar, numa conferência, a baixa representação das mulheres no topo das carreiras científicas, invocou não apenas a pouca disponibilidade para horários de trabalho que atingem as 80 horas semanais e a discriminação do sexo feminino praticada pelas universidades, como também desigualdades inatas existentes entre o homem e a mulher. Foi esta última razão, apresentada de forma desajeitada e politicamente incorrecta, que desencadeou um verdadeiro temporal de protestos. Ao sentir-se acossado, o

infeliz Summers não teve outra solução senão pedir desculpas publicamente. Mas isso não impediu que o debate continuasse na sociedade americana. Acompanhá-lo a partir de agora, terá um sabor especial para os médicos e médicas que porventura guardam ainda uma recordação daquele jantar em Nova Orleães, já lá vão mais de 11 anos.

Lisboa, 8 de Junho de 2005

António José de Barros Veloso